



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

Relatório INSP-2021-0031

BI-2021-0033

1 – Dados gerais

1.1 - Inspeção

Data: 19/04/2021

Hora: 11:15

Tipo: Ação Direta

Motivo da inspeção: Seguimento

Inspetor responsável: António MR. Moutinho

Outros inspetores da IRA: João PRFB. Silva

Descrição da inspeção:

A inspeção foi realizada sem aviso prévio, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 80.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2013/A, de 2 de agosto, para verificar o cumprimento da notificação SAI-N-2019-0045, de 2019-09-20.

No local foi contactado o Sr. Bruno Miguel Medina Anjos, encarregado da queijaria.

A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.

1.2 – Empresa/entidade inspecionada

Firma/nome: Graciqueijos - Produção e Distribuição de Produtos Alimentares, Lda **NIPC/NIF:** 515335533

Sede/morada: Zona Industrial, Lote 9, Caminho do Quitadouro.

Código Postal: 9880-315

Freguesia: Santa Cruz da Graciosa

Concelho: Santa Cruz da Graciosa

Ilha: Graciosa

1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

Nome: Queijaria Teimoso

Endereço: Zona Industrial, Lote 9, Caminho do Quitadouro.

Código Postal: 9880-315

Freguesia: Santa Cruz da Graciosa

Concelho: Santa Cruz da Graciosa

Ilha: Graciosa

Atividade principal: 10893 - Fabricação de outros produtos alimentares diversos, n.e.

Outras atividades: ----

Período de funcionamento: Das 9 horas às 12 horas e das 13 horas às 18 horas de segunda a sexta-feira.

Licenciamento da atividade: Licença de Exploração Industrial, Tipo 3; N.º Controlo Veterinário: A2913



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente



Figura 1.1: Localização do estabelecimento inspecionado.

2 – Situação observada

2.1 – Antecedentes

Na inspeção realizada em 2019-05-21, foram detetadas as seguintes infrações:

- a. Incumprimento do dever de separação na origem dos resíduos produzidos, de forma a promover a sua valorização por fluxos e fileiras em violação do disposto no n.º 5, artigo 11.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental leve prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 229.º do diploma citado;
- b. A utilização dos recursos hídricos - rejeição de águas residuais, sem o respetivo título, em violação do disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 60 da Lei 58/2005, de 29 de dezembro, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental muito grave prevista na alínea a) do nº 3 do art.º 81º do Decreto-Lei 226-A/2007, de 31 de maio;
- c. O incumprimento da obrigação de autocontrolo da caldeira, em violação do disposto no artigo 53.º do Decreto Legislativo Regional n.º 32/2012/A, de 13 de julho, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental leve, prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 93.º, do diploma citado;
- d. O incumprimento de realizar verificações periódicas para deteção de fugas em equipamentos que contenham gases fluorados em quantidades iguais ou superiores a cinco toneladas equivalentes de CO₂, nos termos previstos no artigo 4.º do Regulamento (UE) n.º 517/2014, de 16 de abril, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental grave prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 145/2017, de 30 de novembro;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

e. Não comunicou à Agência Portuguesa do Ambiente, na plataforma eletrónica disponibilizada para o efeito, até 31 de março, dos dados relativos ao ano civil anterior sobre as quantidades de gases fluorados existentes, adicionadas e recuperadas, conforme previsto no n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 145/2017, de 30 de novembro, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental leve prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 23.º do diploma citado;

f. A não constituição de garantia financeira que permita assumir a responsabilidade ambiental inerente à atividade, em violação do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei nº 147/2008, de 29 de julho, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental muito grave prevista na alínea f) do n.º 1 do artigo 26.º do diploma citado.

2.2 – Descrição da situação observada

A unidade fabril, segundo informação prestada pelo sr. Bruno MM Anjos, não fez laboração em 2021, estando a escoar o produto armazenado.

No local foi verificado a regularização das infrações detetadas e notificadas.

Relativamente à infração descrita na alínea a., no escritório/local de venda não se verifica uma separação de resíduos cuidada, o sr. Bruno Anjos informou que quando coloca na recolha Municipal, separam o papel do plástico e metal;

Relativamente à infração descrita na alínea b., solicitaram o título de utilização dos recursos hídricos em 2020-02-07 (ENT-SAG/04/2020), o mesmo está em apreciação pela Direção Regional do Ordenamento do Território e Recursos Hídricos (DROTRH);

Relativamente à infração descrita na alínea c., efetuaram monitorização à caldeira em 2020-08-07, Relatório de ensaio n.º LCA.2020.067, submetido em 2020-09-23 (Referência: DSQA-EG/2020/038=. Em 2020 só foi realizada uma monitorização, cumprimento de todos os Valores Limites de Emissão (VLE) para os parâmetros analisados;

Relativamente à infração descrita na alínea d., realizaram as verificações periódicas para deteção de fugas nos 3 equipamentos que contêm gases fluorados em quantidades iguais ou superiores a cinco toneladas equivalentes de CO₂. (Registos de Intervenção 31498, 31499 e 31500 da AIPOR, data de intervenção 2020-10-29)

Relativamente à infração descrita na alínea e., não comunicou à Agência Portuguesa do Ambiente, na plataforma eletrónica disponibilizada para o efeito, até 31 de março de 2021, os dados relativos ao ano civil 2020 sobre as quantidades de gases fluorados existentes, adicionadas e recuperadas;

Relativamente à infração descrita na alínea f., procedeu à constituição de uma garantia financeira que permite assumir a responsabilidade ambiental inerente à atividade (Utilização de Domínio Público Hídrico), pela subscrição



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

de um seguro de responsabilidade ambiental. (Apólice n.º RC64560552, da seguradora Fidelidade, emitida em 2020-09-29)

2.3 – Outras informações obtidas

A empresa não solicitou à autoridade ambiental, dispensa da realização em 2020 da 2ª monitorização anual ao efluente gasoso da caldeira.

Foi comunicado ao Eng. Luís Soares, tendo em conta que a plataforma de comunicação de gases fluorados da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) já se encontra fechada, para comunicar à Direção de Serviço de Qualidade Ambiental da Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, a quantidade de gases existentes na instalação em 2020.

3 – Irregularidades e infrações detetadas

Foi verificada a seguinte infração:

- a. Não comunicou à Agência Portuguesa do Ambiente, na plataforma eletrónica disponibilizada para o efeito, até 31 de março, os dados relativos ao ano civil anterior sobre as quantidades de gases fluorados existentes, adicionadas e recuperadas, conforme previsto no n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 145/2017, de 30 de novembro, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental leve prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 23.º do diploma citado.

4 – Indicações e medidas adotadas

Medidas adotadas:

- ☒ Envio do relatório à entidade inspecionada, para conhecimento.
- ☐ Arquivamento do processo inspetivo.
- ☒ Notificação à entidade para informar este serviço da comunicação à APA, sobre as quantidades de gases fluorados existentes, adicionadas e recuperadas durante o ano de 2021, a realizar até 31 de março de 2022, e após esclarecimento da DROTRH, em resposta ao ofício SAI-SRAAC/2021/2988, de 2021/05/06, informar este serviço, sobre o processo de licenciamento da utilização do Domínio Público Hídrico.
- ☐ Levantamento de auto de notícia.
- ☐ Outra: